

Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de *commodities* agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3. Destaques do Ano de 2015

Em 2015 a cobrança do pedágio foi autorizada após o cumprimento dos requisitos contratuais que consistiam na: (i) conclusão dos trabalhos iniciais; (ii) implantação da duplicação de pelo menos 10% da extensão total da rodovia BR-163/MS; (iii) implantação das praças de pedágio; (iv) entrega do programa de redução de acidentes; e (v) cadastro do passivo ambiental. Tal autorização ocorreu em 4 de setembro de 2015 e a cobrança iniciou-se em 14 de setembro de 2015.

Além disso, o BNDES repassou R\$ 248,8 milhões à Concessionária em junho de 2015, referentes ao financiamento ponte firmado em 2014 no total de R\$ 646 milhões.

No final do ano de 2015, a Companhia recebeu a aprovação do empréstimo de longo prazo, no valor de R\$ 2.319 milhões, da Diretoria do BNDES. Esses recursos serão aplicados nos investimentos pactuados no contrato de concessão.

Além disso, no dia 03 de fevereiro de 2016, a CCR MSVia obteve o registro na CVM de companhia aberta, “Categoria B”.

1.4. Perspectivas

Após o início da cobrança da tarifa de pedágio e conclusão da duplicação de 10% da BR-163/MS, a CCR MSVia mantém seu principal objetivo de duplicar a rodovia em 5 anos.

As obras que estão sendo realizadas durante este período foram autorizadas através das Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, por estarem em trechos situados dentro da faixa de domínio, onde não há supressão de vegetação nativa; realocação de população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

Os demais trechos da duplicação, assim como implantação de vias marginais, viadutos e passagens inferiores, interconexões, retornos em desnível, passarelas, correções de traçados, e melhorias em acessos, serão executados após o recebimento da licença de instalação das obras de ampliação de capacidade e melhorias que será disponibilizada a Concessionária em prazo compatível para o atendimento dos prazos do PER – Programa de Exploração da Rodovia - sendo a obtenção da licença a cargo do Poder Concedente. As obras de ampliação devem ser concluídas em até 48 meses, a contar da expedição do licenciamento.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança Corporativa

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo José Braz Cioffi o Presidente do Conselho e demais membros efetivos: Antônio Linhares da Cunha e Arthur Piotto Filho. A Diretoria, composta por três membros, foi eleita pelo Conselho de Administração: Maurício Soares Negrão, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Décio de Rezende Souza, Diretor Operacional e Henrique Rubião do Val, Diretor de Engenharia.

2.2. Gestão de Pessoas

Foram contratados e capacitados cerca de 240 colaboradores para a cobrança de pedágio, que teve início em 14 de setembro de 2015. A capacitação ocorreu durante 30 dias, onde eles passaram por treinamentos especializados e adquiriram capacitação técnica para atendimento aos usuários.

Em dezembro de 2015, a quantidade de colaboradores próprios e terceirizados era 937 e 1.455, respectivamente.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica ao setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

Nos últimos anos, foi registrado PIB do Estado do Mato Grosso do Sul superior ao PIB do Brasil, sendo que no período de 2011 a 2013 a média de crescimento da economia estadual foi de 5,37% ao ano e a economia brasileira apresentou média de crescimento de 2,95%.

3.2. Desempenho CCR MSVIA

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	2015	2014	Var. %
Receita de pedágio	89.119	-	100,0%
Receitas acessórias	5.964	-	100,0%
Receita de construção	493.356	149.518	230,0%
Receita bruta total	588.439	149.518	293,6%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de pedágio: A Companhia iniciou a arrecadação do pedágio no dia 14 de setembro de 2015 e aferiu R\$ 89,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Receitas acessórias: A arrecadação de receitas acessórias iniciou no ano de 2015 e totalizou R\$ 5,9 milhões. Referem-se a receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica.

Receita de construção: Em 2015 foram concluídos 10% das obras de duplicação, implantação das praças de pedágio e bases operacionais. Em 2014 essas mesmas obras estavam em fase inicial.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	2015	2014	Var. %
Custo de construção	493.356	149.518	230,0%
Depreciação e amortização	4.081	116	3.418,1%
Custos contratuais	12.892	10.188	26,5%
Serviços de terceiros	40.977	9.311	340,1%
Custo com pessoal	28.268	13.094	115,9%
Materiais e gastos gerais	15.569	5.535	181,3%
Provisão de manutenção	1.538	-	100,0%
Custos e despesas totais	596.681	187.762	217,8%

Os custos e as despesas totais aumentaram 217,8% no exercício de 2015 em relação a 2014, alcançando o valor de R\$ 596.681 mil. Esta variação deve-se principalmente ao aumento do custo de construção, pois em 2015 houve maior volume das obras de duplicação, implantação das praças de pedágio e implantação das bases operacionais. Vale ressaltar que a concessão teve início em abril de 2014 sendo que em 2015 os custos ocorreram durante todo o exercício.

Custo de construção: Em 2015 foram concluídos 10% das obras de duplicação, implantação das praças de pedágio e bases operacionais. Em 2014 essas mesmas obras estavam em fase inicial.

Depreciação e amortização: Em 2014 haviam investimentos em andamento, porém não houve depreciação e amortização devido ao período pré-operacional da Companhia. Em 2015 foram depreciados equipamentos e veículos da administração e teve início a amortização do intangível junto ao início da arrecadação.

Custos Contratuais: Referem-se à verba contratual de fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia.

O aumento de 26,5% ocorrido em 2015 quando comparado ao ano de 2014 deve-se ao reajuste da verba de fiscalização e dos seguros contratuais, aplicado em abril de 2015, um ano após a assunção da rodovia, pela variação dos últimos 12 meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, referentes principalmente aos serviços de conservação de rotina, manutenção de equipamentos e sistemas e consultorias.

Em 2015, a principal contribuição continuou sendo a conservação de rotina que corresponde a 82% do total de serviços. Em 2014 os serviços de conservação de rotina faziam parte dos investimentos de recuperação da rodovia, denominados “Trabalhos Iniciais”.

Custos com pessoal: Ocorreu uma variação de R\$ 13.094 mil de gastos com pessoal em 2014 para R\$ 28.268 mil em 2015, principalmente em função da entrada das equipes das praças de pedágio na folha de pagamento e aumento da equipe de implantação e manutenção de equipamentos e sistemas. Além disso, os custos das equipes da operação também impactaram nessa variação, pois de 2014 até o início da arrecadação em 2015 os mesmos foram capitalizados juntamente com o ativo intangível.

Materiais e Gastos Gerais: Neste item, as contas que mais contribuíram para a variação de 181,3% de 2014 para 2015 foram: combustíveis e manutenção de veículo. Em 2014, a Companhia estava em período pré-operacional e os gastos com a Operação Antecipada foram capitalizados, enquanto que a partir de setembro de 2015, os gastos começaram a ser contabilizados no resultado.

Provisão de Manutenção: Em 2015 iniciou-se a provisão de manutenção dos trechos que tiveram as duplicações concluídas. Em 2014 as obras de duplicação estavam em andamento.

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	2015	2014	Var. %
Prejuízo do exercício	(11.725)	(14.326)	-18,2%
(+) IR/CS	(4.925)	(7.277)	-32,3%
(+) Resultado financeiro	240	(16.641)	-101,4%
(+) Depreciação e amortização	4.081	116	3418,1%
EBITDA (a)	(12.329)	(38.128)	-67,7%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>-2,12%</i>	<i>-25,50%</i>	<i>23 p.p.</i>
(+) Provisão de manutenção (b)	1.538	-	100,0%
EBITDA ajustado	(10.791)	(38.128)	-71,7%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>-12,42%</i>	<i>0</i>	<i>-12 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	2015	2014	Var. %
Prejuízo do exercício	(11.725)	(14.326)	-18,2%
(+) IR/CS	(4.925)	(7.277)	-32,3%
(+) Resultado financeiro	240	(16.641)	-101,4%
EBIT (a)	(16.410)	(38.244)	-57,1%
<i>Margem EBIT (a)</i>	-2,83%	-25,58%	23 p.p.
(+) Provisão de manutenção (b)	1.538	-	100,0%
EBIT ajustado	(14.872)	(38.244)	-61,1%
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	-17,12%	0	-17 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012;
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;
- (c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Investimentos

No ano de 2015, foi investido o montante de R\$ 637.734 em obras, equipamentos e veículos. Os principais projetos concluídos no mesmo ano foram:

- Duplicação de 10% da BR-163/MS, referente aos trechos prioritários:
 - Km 192,3 ao km 203,9
 - Km 227,2 ao km 237,5
 - Km 511,6 ao km 518,3
 - Km 578,6 ao km 589,6
 - Km 593,4 ao km 600,5
 - Km 619,0 ao km 627,3
 - Km 628,5 ao km 647,2
 - Km 650,3 ao km 654,4
 - Km 693,3 ao km 697,5
 - Km 822,6 ao km 830,9
- Implantação de 17 bases operacionais;
- Implantação de 9 praças de pedágio;
- Trabalhos iniciais: recuperação do pavimento, drenagens, taludes, sinalização horizontal, sinalização vertical e dispositivos de segurança;
- Implantação de 13 radares.

Além destes, alguns projetos iniciaram em 2015 e seguem em andamento:

- Implantação de rede de fibra óptica;
- Implantação de equipamentos de detecção e sensoriamento de pista;
- Implantação de circuito fechado de tv;
- Implantação do sistema analisador de tráfego.
- Duplicação dos trechos:
 - Km 284,9 ao km 287,1
 - Km 310,4 ao km 315,4
 - Km 331,3 ao km 335,7
 - Km 430,5 ao km 433,0
 - Km 530,6 ao km 535,6
 - Km 602,9 ao km 607,3
 - Km 701,4 ao km 703,9

Km 773,7 ao km 778,5

Km 817,5 ao km 818,8

- Intervenção no pavimento;
- Melhorias na sinalização horizontal e vertical;
- Melhorias em elementos de drenagem e obras de arte correntes;
- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

Atendimento ao Usuário

Em 11 de outubro de 2015, a Concessionária completou um ano de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.

No ano de 2015, foram registrados 124.387 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 147.206 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 104.655 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 38.679 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados;
- 3.872 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

Redução de Mortes

No ano de 2014, segundo informações da Polícia Rodoviária Federal, no período de 01 de janeiro a 10 de outubro foram registradas 74 mortes na BR-163/MS. Após o início das operações pela CCR MSVia, no período de 11 de outubro a 31 de dezembro, foram registradas 12 mortes, perfazendo o total de 86 mortes. Em 2015, ocorreram 64 óbitos, o que representa uma redução de 26%.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social

4.1.1. Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders

Estrada para Saúde

Em 2015 foram realizadas ações do programa Estrada para Saúde em postos de serviço ao longo da BR 163/MS. O programa é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão com foco na melhoria da qualidade de vida e redução de acidentes. São oferecidos serviços de aferição de pressão arterial, exame de acuidade visual, glicemia, triglicérides, índice de massa corpórea, corte de cabelo e massagem. No total, foram atendidos 1.247 caminhoneiros.

4.2. Desempenho Ambiental

4.2.1. Capital Natural

Iluminação a LED nas Praças de Pedágio

A Companhia implantou iluminação de LED nas 9 praças de pedágio da rodovia. São mais de 600 luminárias, gerando uma energia de 207.600 kW, o que equivale a um consumo anual de 897 MW.h. Quando comparada às lâmpadas incandescentes, a economia de energia chega a 938 MW.h. Ao todo, ao longo dos 30 anos da concessão, serão economizados cerca de 30 GW.h, o equivalente a mais de R\$ 12,6 milhões.

A iluminação a LED gera economia na conta de luz o que aliado à sua longa durabilidade garantem excepcional eficiência. Outra vantagem dessa iluminação é que ela não emite raios IV e UV, que são danosos à pele e ao meio ambiente, quando expostos a um longo período de tempo.

O descarte desse material também é mais simplificado, uma vez que lâmpadas LED não possuem em sua composição metais pesados como chumbo e mercúrio, encontrados nas lâmpadas fluorescentes e que são extremamente nocivos tanto para o ser humano quanto para a natureza.

Programa de Reciclagem e Correta Destinação de Resíduos

A Companhia recebeu o certificado do Programa Green It, da Furukawa, uma das maiores e mais reconhecidas empresas do segmento de telecomunicações no mundo. O reconhecimento é devido ao programa de reciclagem e correta destinação dos resíduos eletrônicos.

O programa Green It, reconhece as empresas que adotam ações simples de forma a reduzir significativamente a utilização de recursos não renováveis, práticas de economia de energia elétrica e proteção ao Meio Ambiente de materiais nocivos à natureza e a saúde pública.

Em 2015, foram reciclados:

- Mais 300 kg de materiais de rede estruturada (cabearamento para rede de transferência de dados das praças de pedágio);
- Mais de 150 quilos de materiais contaminados com metais pesados foram reciclados.

Outra ação foi à revitalização da rede de cabearamento estruturado substituindo cabos e acessórios de tecnologias obsoletas por soluções de última geração, sendo que o material descartado recebe tratamento e reciclagem.

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

Neste ano de 2015, marcado pela entrega dos 10% de duplicação, bases operacionais, praças de pedágio e um ano de Operação, a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram contratados nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	28.219	294.637	Financiamentos	11	556.031	1.999
Contas a receber	6	5.189	-	Fornecedores	12	31.728	27.285
Contas a receber - partes relacionadas	8	8.122	3	Fornecedores - partes relacionadas	8	1.398	458
Impostos a recuperar		3.795	4.089	Impostos e contribuições a recolher	13	8.933	5.897
Despesas antecipadas e outras		<u>7.566</u>	<u>3.315</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		13.584	8.028
				Outras contas a pagar		<u>174</u>	<u>66</u>
Total do ativo circulante		<u>52.891</u>	<u>302.044</u>	Total do passivo circulante		<u>611.848</u>	<u>43.733</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	11	-	269.508
Impostos diferidos	7b	24.421	12.691	Receita diferida		828	-
Depósitos judiciais		<u>14</u>	<u>-</u>	Provisão de manutenção	15	<u>1.552</u>	<u>-</u>
		<u>24.435</u>	<u>12.691</u>	Total do passivo não circulante		<u>2.380</u>	<u>269.508</u>
Imobilizado	9	145.857	53.343	Patrimônio líquido			
Intangível	10	<u>723.994</u>	<u>164.837</u>	Capital social	16	359.000	234.000
Total do ativo não circulante		<u>894.286</u>	<u>230.871</u>	Prejuízos acumulados		<u>(26.051)</u>	<u>(14.326)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>332.949</u>	<u>219.674</u>
Total do ativo		<u>947.177</u>	<u>532.915</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>947.177</u>	<u>532.915</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	17	580.209	149.518
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(493.356)	(149.518)
Serviços		(31.914)	(3.553)
Custos com obrigações poder concedente		(12.892)	(10.188)
Depreciação e amortização	9 e 10	(3.100)	(9)
Custo com pessoal		(17.056)	(4.339)
Provisão de manutenção	15	(1.538)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(6.363)	(2.356)
Outros		(2.428)	(742)
		<u>(568.647)</u>	<u>(170.705)</u>
Prejuízo		11.562	(21.187)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(11.212)	(8.755)
Serviços		(9.063)	(5.758)
Materiais, equipamentos e veículos		(844)	(556)
Depreciação e amortização	9 e 10	(981)	(107)
Outros		(5.934)	(1.881)
		<u>(28.034)</u>	<u>(17.057)</u>
Outros resultados operacionais		<u>62</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		(16.410)	(38.244)
Resultado financeiro	18	<u>(240)</u>	<u>16.641</u>
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.650)	(21.603)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos	7	4.925	7.277
Prejuízo do exercício		<u>(11.725)</u>	<u>(14.326)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,03641)</u>	<u>(0,04666)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício	<u>(11.725)</u>	<u>(14.326)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(11.725)</u></u>	<u><u>(14.326)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar		
Subscrição e integralização de capital	307.000	(73.000)	-	234.000
Prejuízo do exercício	-	-	(14.326)	(14.326)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	307.000	(73.000)	(14.326)	219.674
Integralização de capital em 09 de abril de 2015	-	73.000	-	73.000
Subscrição e integralização de capital em 16 de novembro de 2015	122.000	(70.000)	-	52.000
Prejuízo do exercício			(11.725)	(11.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>429.000</u>	<u>(70.000)</u>	<u>(26.051)</u>	<u>332.949</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(11.725)	(14.326)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.730)	(12.691)
Depreciação e amortização	4.081	116
Baixa do ativo imobilizado e intangível	70	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos circulantes e não circulantes	35.635	3.718
Capitalização de custo de financiamentos	(18.088)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.278	-
Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis	1.177	-
Constituição da provisão de manutenção	1.538	-
Ajustes a valor presente provisão de manutenção	14	-
	(6.467)	(3)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(6.467)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(8.119)	(3)
Impostos a recuperar	294	(4.089)
Despesas antecipadas	(4.265)	(3.315)
	(32.649)	1.563
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	974	458
Fornecedores - partes relacionadas	5.556	8.028
Obrigações sociais e trabalhistas	4.449	7.449
Obrigações fiscais a recolher	(1.413)	(1.552)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(1.177)	-
Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	936	66
	(39.631)	(14.578)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(39.631)	(14.578)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(97.843)	(49.508)
Adições do ativo intangível	(502.833)	(143.066)
	(600.676)	(192.574)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(600.676)	(192.574)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital	125.000	234.000
Financiamentos:		
Captações	275.488	267.789
Pagamento de juros	(26.599)	-
	373.889	501.789
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento	373.889	501.789
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(266.418)	294.637
Demonstração do aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	294.637	-
No final do exercício	28.219	294.637
	(266.418)	294.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas			
Receitas de pedágio	17	89.119	-
Receitas de construção	17	493.356	149.518
Outras receitas		24.052	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos de construção		(493.356)	(149.518)
Provisão de manutenção	15	(1.538)	-
Custos dos serviços prestados		(53.279)	(16.682)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(15.296)</u>	<u>(7.702)</u>
Valor adicionado bruto		<u>43.058</u>	<u>(24.384)</u>
Depreciação e amortização	9 e 10	(4.081)	(116)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>38.977</u>	<u>(24.500)</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	18	<u>19.304</u>	<u>20.385</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>58.281</u></u>	<u><u>(4.115)</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		8.032	5.355
Benefícios		9.576	3.282
FGTS		2.093	854
Outros		656	239
Tributos			
Federais		7.793	(3.912)
Estaduais		38	-
Municipais		4.928	-
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		36.116	3.743
Aluguéis		774	650
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		<u>(11.725)</u>	<u>(14.326)</u>
		<u><u>58.281</u></u>	<u><u>(4.115)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia CCR MSVia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 (“Contrato de Concessão”).

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão.

Em 11 de abril de 2014, o Poder Concedente transferiu à Concessionária todos os bens veiculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A CCR MSVia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos.

Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16/07/2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas Portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização do Poder Concedente publicada na resolução nº 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com o Poder Concedente e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei nº 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Os investimentos pactuados no Contrato de Concessão são parcialmente financiados por um contrato de financiamento com o BNDES. O financiamento vem sendo suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses, até que a estruturação do empréstimo de longo prazo seja concluída.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da companhia.

a) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações foram reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura vide item “p”

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo esta *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tende a ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Passivos para pagamentos com base em ações, liquidados em dinheiro, mensurados ao valor justo.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa
- 7b Impostos diferidos
- 9 Depreciação do ativo imobilizado
- 10 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito,
- b) Risco de taxas de juros e inflação,
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de juros de longo prazo (TJLP) para empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 11 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano
Financiamentos (a)	556.524

(a) Valor bruto dos custos de transação

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de 558.957, substancialmente composto por financiamento, conforme mencionado em nota nº 11. Essa dívida é formada por captação aplicada em projeto para investimento na rodovia. Além da geração de caixa decorrente das atividades a Companhia, está em fase de negociação para reestruturação da dívida.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	2.554	29
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>25.665</u>	<u>294.608</u>
	<u>28.219</u>	<u>294.637</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas a taxa média de 99,46 % do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano em média, em 31 de dezembro de 2014).

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	<u>2015</u>
Circulante	
Receitas acessórias (a)	5.808
Pedágio eletrônico - outros (b)	<u>659</u>
	6.467
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(1.278)</u>
	<u>5.189</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>2015</u>
Crédito a vencer	5.135
Créditos vencidos até 60 dias	54
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1.272
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>6</u>
	<u>6.467</u>

7. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(16.650)	(21.603)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>5.661</u>	<u>7.345</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	122	86
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(809)	(152)
Outros ajustes tributários	(49)	(2)
Despesa/receita de imposto de renda e contribuição social	<u>4.925</u>	<u>7.277</u>
Impostos correntes	(6.805)	(5.414)
Impostos diferidos	<u>11.730</u>	<u>12.691</u>
	<u>4.925</u>	<u>7.277</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>29,58%</u>	<u>33,69%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bases ativas		
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei 11.638/07	27.692	11.790
Outros	<u>2.890</u>	<u>901</u>
	30.582	12.691
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(6.145)	-
Outros	<u>(16)</u>	-
	(6.161)	-
Ativo diferido líquido	<u>24.421</u>	<u>12.691</u>

- a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei 12.973/14 (fim RTT).

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015			
	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Aquisição de intangível	Ativo	Passivo
Contas a receber			Contas a pagar	
Controladora				
CCR S.A. (a)	2.779	-	-	217
CPC (b)	2.161	-	-	1.179
Outras partes relacionadas				-
Intercement Brasil S.A. (c)	-	16.995	-	-
RodoNorte (d)	-	-	-	2
STP / CGMP / SGMP (e)	-	-	8.122	-
Total circulante em 31 de dezembro de 2015			8.122	1.398
Total, 31 de dezembro de 2015	4.940	16.995	8.122	1.398
Total circulante em 31 de dezembro de 2014			3	458
Total, 31 de dezembro de 2014	4.101	2.124	3	458

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Remuneração (f) :		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.838	2.934
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	834	-
Complemento de PPR pago no ano	3.108	-
Previdência privada	15	6
Seguro de vida	7	6
	<u>6.802</u>	<u>2.946</u>

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
		(*)
Remuneração dos administradores (f)	1.043	288

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 15 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato anual de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados no 1º dia útil do mês subsequente a prestação de serviço. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 5% do valor do atraso corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de 1% ao mês da data de vencimento;
- (b) Contrato anual de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados no 1º dia útil do mês subsequente a prestação de serviço. O atraso no pagamento incorrerá em multa de 5% do valor do atraso corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de 1% ao mês da data de vencimento;
- (c) Contrato de fornecimento de cimento para pavimento de concreto na BR-163/MS, os valores unitários serão reajustáveis anualmente pelo IGP-M, os pagamentos ocorrerão em até 15 dias após o recebimento da fatura;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (e) Valores da tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente; e
- (f) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

9. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	101	-	-	404	505
Máquinas e equipamentos	345	-	(6)	10.039	10.378
Veículos	13.051	-	(72)	5.891	18.870
Instalações, edificações e terrenos	-	828	-	289	1.117
Sistemas operacionais	-	-	-	15.241	15.241
Imobilizações em andamento	40.374	99.822	-	(34.587)	105.609
	<u>53.871</u>	<u>100.650</u>	<u>(78)</u>	<u>(2.723)</u>	<u>151.720</u>

	2014		
	Adições	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	-	101	101
Máquinas e equipamentos	-	345	345
Veículos	-	13.051	13.051
Imobilizações em andamento	53.871	(13.497)	40.374
	<u>53.871</u>	<u>-</u>	<u>53.871</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.807 em 2015. A taxa média de capitalização em 2015 foi de 2,74% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3)	(37)	-	(2)	-	(42)
Máquinas e equipamentos	12	(29)	(737)	1	2	-	(763)
Veículos	25	(496)	(1.797)	7	-	(2.084)	(4.370)
Instalações, edificações e terrenos	10	-	(79)	-	-	-	(79)
Sistemas operacionais	12	-	(609)	-	-	-	(609)
		<u>(528)</u>	<u>(3.259)</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>(2.084)</u>	<u>(5.863)</u>

	2014		
	Adições	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(29)	-	(29)
Veículos	(84)	(412)	(496)
	<u>(116)</u>	<u>(412)</u>	<u>(528)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Foram reconhecidos custos de construção com depreciação no montante de R\$ 2.084 em 2015 (R\$ 412 em 2014) na rubrica de Direitos de exploração de infraestrutura concedida.

10. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Outros (a)	Transferências (b)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	164.837	555.172	2.084	(2)	722.091
Direitos de uso de sistemas informatizados	-	-	-	2.725	2.725
	<u>164.837</u>	<u>555.172</u>	<u>2.084</u>	<u>2.723</u>	<u>724.816</u>

	2014		
	Adições	Outros (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	164.425	412	164.837
	<u>164.425</u>	<u>412</u>	<u>164.837</u>

- (a) Foram reconhecidos custos de construção com depreciação no montante de R\$ 2.084 em 2015 (R\$ 412 em 2014) na rubrica de Direitos de exploração de infraestrutura concedida.

- (b) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 15.281 em 2015. A taxa média de capitalização em 2015 foi de 2,74% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(c)	-	(612)	(612)	(612)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(210)	(210)	(210)
		<u>-</u>	<u>(822)</u>	<u>(822)</u>	<u>(822)</u>

- (c) Amortização pela curva de benefício econômico.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento final	2015	2014
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP+2,00% a.a	0,5494% (a)	2.211	493	Abril de 2016	556.031	271.507 (b)
Total geral				493		556.031	271.507
Circulante							
Financiamentos						556.524	3.472
Custo de transação						(493)	(1.473)
						<u>556.031</u>	<u>1.999</u>
Não circulante							
Financiamentos						-	270.000
Custo de transação						-	(492)
						<u>-</u>	<u>269.508</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

Em 18 de setembro de 2014, foi assinado o contrato de empréstimo ponte entre a CCR MSVia e o BNDES, no valor total de R\$ 646.636. O empréstimo conta com a garantia fiduciária da CCR S.A. tendo seu vencimento em 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à MSVia por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e tanto principal quanto juros deverão ser pagos no vencimento do contrato.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- a alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do contrato de concessão, independentemente de culpa por parte da Companhia;
- reduzir o capital social da Companhia, sem a prévia anuência do BNDES.

Adicionalmente, a CCR, garantidora da operação, obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, o índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em outubro de 2014, ocorreu a primeira liberação do empréstimo ponte, no valor de R\$ 270.000, e em junho de 2015, a segunda liberação no valor de R\$ 248.890, conforme condições supramencionadas.

12. Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	19.156	22.565
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	57	1.544
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>12.515</u>	<u>3.176</u>
	<u>31.728</u>	<u>27.285</u>

- (a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Durante o exercício a Companhia pagou o montante de R\$ 9 referente a processos cíveis e administrativos.

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 41 e R\$ 1.127.

14. Provisão de manutenção

	<u>2015</u>		
	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante	<u>1.538</u>	<u>14</u>	<u>1.552</u>
Total	<u>1.538</u>	<u>14</u>	<u>1.552</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2015 é 15,77%. A mesma é equivalente à taxa de mercado para o período a que se refere.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 09 de abril de 2015, foi aprovado a integralização de R\$ 73.000, sem emissão de ações.

No dia 16 de novembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 122.000, mediante a emissão de 122.000.000 de ações ordinárias, parcialmente integralizadas, sendo R\$ 70.000 a integralizar, passando o capital social integralizado da Companhia de R\$ 234.000 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 359.000 em 31 de dezembro de 2015.

b. Prejuízo por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do prejuízo por ação:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício	(11.725)	(14.326)
Denominador		
Média ponderada de ações - (em milhares)	429.000	307.000
Prejuízo por ação básico diluído - em R\$	(0,03641)	(0,04666)

16. Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de pedágio	89.119	-
Receitas de contrato de construção	493.356	149.518
Receitas acessórias	5.964	-
Receita bruta	588.439	149.518
Impostos sobre receitas	(8.219)	-
Devoluções e abatimentos	(11)	-
Deduções da receita bruta	(8.230)	-
Receita líquida	580.209	149.518

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado Financeiro

	2015	2014
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos	(33.685)	(3.718)
Variação monetária sobre empréstimos	(1.950)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(14)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	18.088	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.983)	(26)
	<u>(19.544)</u>	<u>(3.744)</u>
Receitas Financeiras		
	(a)	
Rendimento sobre aplicações financeiras	18.449	20.113
Juros e outras receitas financeiras	855	272
	<u>19.304</u>	<u>20.385</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(240)</u>	<u>16.641</u>

(a) Os valores do exercício de 2015 estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 337.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

	2015			2014		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	25.665	-	-	294.608	-	-
Contas a receber	-	5.189	-	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	8.122	-	-	3	-
Despesas antecipadas e outras	-	7.566	-	-	3.315	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(556.031)	-	-	(271.507)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(31.902)	-	-	(27.351)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.398)	-	-	(458)
Total	<u>25.665</u>	<u>20.877</u>	<u>(589.331)</u>	<u>294.608</u>	<u>3.318</u>	<u>(299.316)</u>

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	25.665	294.608

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	Aumento do TJLP	Abril de 2016	556.524	(14.309)	(16.994)	(19.649)
				<u>(14.309)</u>	<u>(16.994)</u>	<u>(19.649)</u>

As taxas de juros consideradas foram (1):

TJLP (2)	7,00%	8,75%	10,50%
----------	-------	-------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) e (3) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se a taxa de 31/12/2015, divulgada pela BNDES.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 4.811.889 (R\$ 5.578.450 em 31 de dezembro de 2014), e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviços e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração do fluxo de caixa

a. Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício de 2015:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capitalização no ativo intangível	(2.084)	(412)
Fornecedores	(37.092)	(25.722)
Fornecedores - partes relacionadas	34	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(39.142)</u>	<u>(26.134)</u>
Aquisição de ativo intangível	37.058	21.359
Aquisição de ativo imobilizado	-	4.363
Capitalização no ativo intangível	2.084	412
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>39.142</u>	<u>26.134</u>

b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

José Braz Cioffi	Presidente
José Braz Cioffi	Conselheiro
Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro
Gildo Araújo Rodrigues	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Maurício Soares Negrão	Diretor Presidente
Décio de Rezende Souza	Diretor Operacional
Henrique Rubião do Val	Diretor de Engenharia

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3"S"MS

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA SUL-MATOGROSSENSE S.A.

CNPJ/MF nº 19.642.306/0001-70

NIRE 5430000566-5

Companhia Aberta

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na Assembleia da Companhia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2016, no valor de R\$ 591.853.000,00 (quinhentos e noventa e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 591.853.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2016 R\$ 591.853.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2015 R\$ 0,00

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 591.853.000,00

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

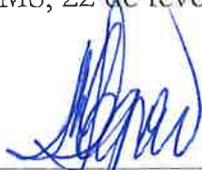
José Braz Cioffi
Presidente



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 480”), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“DELOITTE”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 22 de fevereiro de 2016, e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2016.



SR. MAURÍCIO SOARES NEGRÃO
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



SR. DÉCIO DE REZENDE SOUZA
DIRETOR OPERACIONAL



SR. HENRIQUE RUBIÃO DO VAL
DIRETOR DE ENGENHARIA